

Armadas. Querem que, milagrosamente, um novo regime de governo mude tudo e essa ilusão é mais uma coisa contra a tradição política brasileira. Sabemos que o regime de governo, por si só, não muda tudo; temos toda uma Constituição para fazer as reformas que este País necessita.

Convocamos os Colegas parlamentaristas, convocamos os Colegas presidencialistas, para juntos fazeremos a reforma agrária, fazeremos a reforma urbana. Queremos aqui democratizar as Forças Armadas; queremos uma saúde pública eficiente; queremos educação para os filhos; queremos comida para todos aqueles que padecem; queremos quebrar o monopólio dos meios de comunicação. Chamamos os Companheiros a esta tarefa de reformas, mas não poderíamos, a par de mostrar que o parlamentarismo não é esta perfeição, deixar de observar aqui que o Sub-Relator, na questão da unicidade sindical, falou 33 vezes a palavra povo. Hoje, o povo não pôde sair da sua boca, porque S. Ex^a quer tirar o voto do povo; hoje, não se citou na pesquisa, quando contra nós se jogou a questão da unicidade sindical, que o lbope dizia que a classe operária queria o sindicato único, e que outro instituto queria o sindicato único.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa pede ao orador termine a sua oração.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Perfeitamente.

A classe operária quer unicidade. Nós, com a modéstia de quem não vê só pesquisas e com a certeza maior de que a das pesquisas, que é a certeza de quem trabalha nas ruas com a população, na greve, no movimento, no enfrentamento a cada semana, dizemos: o povo está com o presidencialismo; dizemos: o povo quer "diretas já", pela democracia, pelo presidencialismo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Afonso Arinos. Depois passaremos à votação.

Peço aos Srs. Constituintes colaborem, ocupando desde já os seus lugares.

O SR. AFONSO ARINOS (PFL — RJ) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Não sou o velho do restelo, de que fala Camões no princípio d'**Os Luziadas**, aquele velho que, no alto da sua rocha, preconizava, desejava, flagrava, incessantemente, os malefícios do futuro.

Tenho, pela graça de Deus, aquela serenidade que dá a luz do poente. A luz do nascente, às vezes, é demasiado crua no seu realismo, na sua nitidez, ao fixar o que parece ser verdade. Mas à luz da tarde, da tarde cronológica, da tarde experimentada, da tarde vivida, a luz do poente, traz uma serenidade, uma fraternidade, um desejo de convergência, que destaca, que dilata a própria sombra. A luz da tarde é aquela que serve à meditação desapassionada, é aquela que serve à compreensão desinteressada, é aquela que augura a aproximação que visa o bem-estar de todos. É nesta situação psicológica, é nesta etapa de uma vida que não foi fácil, que não foi livre de contrastes e de letras que apelo do fundo do meu coração para os meus correligionários, principalmente para os meus adversários, adversários no sentido de oponentes de idéias, de oponentes de esperanças, de oponentes de melhores intenções para que

possamos aqui meditar sobre o destino deste País, nas condições em que ele se encontra e nas perspectivas que diante dele se abrem.

Srs. Constituintes, não estamos receosos do debate, não estamos nem mesmo — avanço eu — receosos da derrota; ela pode vir, assim como poderá vir a vitória. Aquilo de que estamos realmente receosos é do confronto. Nós não desejamos, antes vemos com a maior apreensão a hipótese do confronto: confronto entre idéias suscita o confronto entre facções; o confronto entre facções suscita confronto entre multidões; o confronto entre multidões suscita o naufrágio de uma parte da civilização nacional.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, senti no coração que a atmosfera do confronto não parte de nós. Nós, parlamentaristas, não vimos aqui com a idéia de confronto; nós vimos aqui com a idéia de convergência, mas sentimos, subitamente, que o confronto parte daqueles que interpretam mal os nossos sentimentos.

Tenho um amigo de muitos anos, um amigo que conheci na sua mocidade e na minha madureza, um amigo que apoiei na sua mocidade e tive a oportunidade de apoiar na minha madureza, é meu amigo, quero-lhe bem; é o Presidente da República. Mas o Presidente da República, nas manifestações que lhe têm ocorrido frente à televisão, denuncia um espírito de confronto que me espanta, não porque não seja natural na natureza humana, mas que não é, na minha opinião, natural na natureza dele. A posição de confronto que ele toma é seguida pela posição de confronto tomada por alguns dos seus Líderes nesta Casa, que chegam a se apresentar nesta tribuna com uma face carregada de esgares de cólera, com uma situação de conflito inevitável entre as decisões que vamos tomar. Não me refiro ao nome, mas V. Ex^{as} sabem a quem me refiro. (Palmas.)

Começo, por consequência, saudando cordialmente, do fundo do meu coração, do fundo da minha experiência, os nossos adversários, pedindo-lhes que reflitam na nossa responsabilidade comum. Não estamos aqui numa guerra ideológica. As guerras ideológicas têm desaparecido da História Contemporânea, aquela inevitável contradição dialética que o Filósofo Hegel inspirou ao Pensador social Marx. O conflito inevitável da evolução da sociedade humana desapareceu do Mundo Moderno. Por uma razão de paz? Não, por uma razão de guerra, porque as duas partes que representavam as alas opostas a essa presumida inevitabilidade de guerra ideológica, passaram a dispor do explosivo nuclear, da bomba atômica, que iria destruir não um a outro, mas a ambos e a todo Mundo. E nós vamos hoje, especialmente, mencionar a situação de convergência entre a União Soviética e os Estados Unidos, com o fim exatamente da crença naquela inevitabilidade de confronto entre classes, da luta de classes, da revolução social, da ditadura proletária, tudo aquilo que se esvai, como se fosse uma estória de 1001 noites, diante da explosão atômica. Pois se o confronto não existe mais no plano internacional, se não existe mais naquelas filosofias políticas que datam de 1848, porque o **Manifesto Comunista** de Marx é de 1848 — apelo, aí, para os meus Companheiros comunistas. (Manifestações do Plenário.)

Eles dizem que falta pouco tempo, mas eu acho que tenho tempo demais. Eu tenho o tempo da

atenção de V. Ex^{as}, tenho o tempo do apoio de V. Ex^{as}, tenho o tempo de generosidade de V. Ex^{as} para que eu possa chegar ao fim do que estou querendo fazer, que é a expressão de uma missão de paz, de uma missão de convergência, de uma missão de unidade — não de união, mas de unidade, são coisas diferentes. Podemos não ficar unidos, mas não ficar desunidos. É a diferença que existe entre a unidade e a união. O Brasil precisa de união, o Brasil repele a desunião. O Brasil repele o contraste, o Brasil repele o confronto.

Então, fico pensando nas provas que isto nos pode oferecer. Temos uma tradição exatamente à do confronto e da violência. (Palmas.) O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, o seu relógio está adiantado. (Palmas.) Peço ao Plenário consulte os seus relógios, para ver como o do Presidente está adiantado.

Tenho que dizer ainda alguma coisa, meus queridos, meus caros Companheiros. O Brasil não está fazendo uma experiência inédita se adotar o sistema parlamentarista. A República nasceu parlamentarista. Pouco se presta atenção a isto. O **Manifesto Republicano** de 3 de dezembro de 1870, escrito por Quintino Bocaiuva — "cadê o menino — e Saldanha Marinho, os autores do **Manifesto Republicano**, não toca na palavra "Presidência", não fala na República Presidencial. Os autores têm toda a sua argumentação baseada na tradição parlamentarista do Império. Eles queriam a República, mas como parlamentarismo. Somos os mais antigos defensores do parlamentarismo na América. Viemos da prática, passamos para a teoria e passamos para a República. Desafio a quem me queria contestar. Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, o **Manifesto** é parlamentarista.

O presidencialismo da República surgiu principalmente de duas fontes: a fonte militar, que veio do positivismo e contista e ditatorial. (Manifestação das galerias.) Paro, se quiserem. É só me dizerem para parar, que paro.

Peço perdão por estar excedendo a paciência de alguns. Peço perdão a esses alguns, mas, democraticamente, acho que os que não pensam com eles são maioria, e estamos numa maioria parlamentar.

Sr. Presidente, temos que nos lembrar disto. Temos que considerar, também, a importância fundamental da República presidencial. Não sou inimigo da República presidencial. O que me parece é que temos que considerar que a República presidencial não existe fora dos Estados Unidos, não existe na América Latina. Desde a Independência, não houve na América Latina um país que tivesse praticado a República presidencial. Não existe hoje nos países africanos, onde havia uma Presidente da República chamado Bokassa, que tinha crianças na geladeira para comê-las geladas. Não existe nos países árabes, que, a leste do Mediterrâneo, se entrecrocavam numa guerra de bárbaros. São todos Repúblicas presidenciais. Onde está a República presidencial fora da Corte Suprema dos Estados Unidos, que é uma instituição inteiramente inglesa? (Manifestações do Plenário e das galerias.) Vou parar. Sei que estou excedendo, mas quero voltar a este ponto fundamental.

Temos a demonstrar a nossa capacidade de evolução pacífica... (Manifestação da galeria.) Posso parar. As galerias não podem manifestar-se contra, somente o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa solicita a atenção da Casa, para que o orador termine o seu pronunciamento a fim de começarmos a votação.

O SR. AFONSO ARINOS — Só o Plenário pode tirar-me daqui. As galerias, nunca. Não as obedeco, mas obedeco ao Plenário.

Vou continuar, Sr. Presidente. Tenho que dizer a V. Ex^{as} que nós somos obstáculos para coisa alguma. Nós, os parlamentaristas, convocamos os presidencialistas desta Casa para que possamos fazer, realmente, qualquer coisa que não seja confrontação, que não seja hostilidade, que não seja uma agressão ao País, à nossa geração. (O Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, vou chegar, não ao fim do tempo, mas ao fim do que quero dizer. O que quero, excedido o tempo, é manifestar a V. Ex^a, na desordem deste pensamento completamente improvisado, na confusão destas idéias mal postas, apenas os sentimentos que me agitam, que me apóiam, que me sustentam neste momento em que a luz sai de mim é uma luz de poente, é uma luz de um homem que está no fim da sua vida e que tem uma experiência suficiente para dizer a V. Ex^{as}: Meus filhos, meus netos, pensem no Brasil! Resolvamos isto, aproximando-nos, combinando e façamos o possível para fazer deste País um País governado pela convergência, um País governado pela paz, um País governado por qualquer regime, salvo este que aqui está, hoje, defrontando-nos, porque isso não é presidencialismo. Eu provei que não o é. Nunca existiu presidencialismo fora dos Estados Unidos.

Agradeço a todos. Retiro-me, dizendo a V. Ex^{as} que estou feliz. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Relator.

Peço aos Srs. Constituintes ocupem seus lugares para a votação, que será logo após.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Quero apenas situar-me no plano da apreciação da emenda.

Esta Casa assistiu, ao longo do desfile dos oradores, a agressões até desnecessárias. Houve um agravo, inclusive, dirigido ao eminente Senador Luiz Viana, dizendo que S. Ex^a havia feito parte de um Governo que cassara mandatos e que agora S. Ex^a é parlamentarista. (Manifestação do Plenário.)

Sr. Presidente, se a Casa não me quer ouvir, eu me pouparei.

(Manifestação do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Pedimos a atenção da Casa, a fim de que, sem maiores dificuldades, após o parecer do Relator, possamos votar.

O SR. RELATOR (Bernardo Cabral) — Sr. Presidente, não cabe este tipo de argumentação. Há, neste Plenário, uma pessoa da maior respeitabilidade, entre mim e S. Ex^a há uma profunda amizade e um grande respeito no entanto, S. Ex^a, que é presidencialista, assinou a minha cassação,

e nem por isso há ódio entre nós — o eminente Senador Jarbas Passarinho.

Vejam, portanto, que esta Casa tem que estar unida. Não podemos, eminentes Constituintes, acho que...

(Manifestação do Plenário.)

O eminente Constituinte Delfim Netto confirma também a amizade recíproca que há entre nós, e S. Ex^a cassou, também, o meu mandato.

O que quero dizer com isto, Sr. Presidente? Quero fazer uma defesa dos meus Colegas Constituintes, e preciso fazer esta defesa, porque ouvi hoje, lá fora, improperios, doestos contra Colegas, o que não posso aceitar, porque são presidencialistas. Ouvi insultos, ouvi dizerem, como se fosse possível nesta Casa que Colegas nossos estivessem sendo ameaçados, estivessem sendo impostos por este ou aquele Poder.

Faço esta defesa, Sr. Presidente, porque sei que, presidencialistas ou parlamentaristas, nesta tarde, vamos tomar uma decisão com os alicerces firmes, pisando, Srs. Constituintes, no chão das raízes da nossa dignidade pessoal, e não com fisiologismos que nos atacam.

Não, Sr. Presidente, esta Casa, se de um lado é presidencialista e de outro é parlamentarista, deve ser respeitada pela opinião que cada um tem. Nenhum Constituinte está aqui a serviço de eventuais poderosos.

Aí, Sr. Presidente, se isso fosse possível; aí, Srs. Constituintes, se essa mácula pudesse pesar sobre nós... Como me compete a mim, que toda a Casa sabe que sou parlamentarista por convicção, não agrido nenhum Colega presidencialista, devo apenas citar dois tópicos da Emenda Humberto Lucena, e não posso deixar de fazê-lo, para não violentar a minha consciência de Relator. O eminente Senador Humberto Lucena se esquece que ainda há dias esta Casa aprovou, por uma maioria enorme, imensa, as medidas provisórias que só cabem no parlamentarismo.

Pois bem, Sr. Presidente, se fizermos isto, conforme quer a Emenda Humberto Lucena, vamos ter aqui a repetição do que há em duas ditaduras disfarçadas: a do Chile e a do Paraguai.

(Manifestação do Plenário.)

Quero chamar a atenção dos eminentes Constituintes, porque as vaías são passageiras. Os Anais vão registrar a nossa decisão. Assim como respeito aqueles que são presidencialistas, por gentileza, respeitem a obrigação — não o direito —, a obrigação de o Relator expender as suas opiniões.

Sr. Presidente, a Emenda Humberto Lucena cria as chamadas medidas programáticas e, com isto, vamos ter um tricameralismo, e, o que é mais grave, anula a atuação do Senado e vai criar um problema muito grande para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quero dizer, Sr. Presidente...

(Manifestações no Plenário.)

O lado emocional é justo, Sr. Presidente, não quero sequer agredir, utilizando o que me sobram, nem sequer ler a Emenda Humberto Lucena, não quero fazer isso, não seria meu, mas quero dizer... (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Vou concluir, Sr. Presidente, mas quero que fique registrado que o presidencialismo da Emenda Humberto Lucena levará à cova rasa os anseios do povo brasileiro e dobrará sinos nas exéquias da Federação. Pela rejeição, Sr. Presidente.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para falar sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBSON MARINHO (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para meu esclarecimento e da Casa sobre a matéria que está em votação neste momento, a emenda encabeçada pelo ilustre Senador Humberto Lucena, que vai a votos.

No art. 95 do avulso que me foi distribuído, desta fusão de emendas, inciso XIV, onde se estabelecem as competências privativas do Presidente da República, que é a de exercer o comando supremo das Forças...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Isso já foi esclarecido, nobre Constituinte. Esta emenda já foi lida duas vezes e esclarecida em questão levantada pelo nobre Líder Constituinte Roberto Freire.

O SR. ROBSON MARINHO — Foi corrigido na Mesa, Sr. Presidente, porque o avulso que me foi distribuído...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É claro, V. Ex^a tem razão. Os autores da fusão fizeram correções, inclusive esta referida por V. Ex^a, e foi distribuída.

O SR. ROBSON MARINHO — Agradeço a V. Ex^a. A emenda é tão ruim que tem que ser aperfeiçoada até na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Ocupem os lugares, por favor. Vamos votar.

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela terceira vez os parlamentaristas, de forma objetiva, mas sinuosa, porque não quiseram ouvir quando V. Ex^a lia que este artigo fora retirado, pretendem, nesta hora, fazer o encaminhamento a favor do parlamentarismo às avessas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos ocupar os lugares, por favor. Vou passar à votação.

O Sr. Bocayuva Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT—RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi citado aqui, pelo Constituinte Afonso Arinos, o velho Quintino Bocaiúva, Patriarca da República, que, a esta hora, está estremecendo no túmulo com a interpretação que S. Ex^a o Constituinte Afonso Arinos deu às suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — O que Quintino Bocaiúva disse antes de morrer foi que esta República não era a República dos seus sonhos.